

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020
(Do Sr. MARCELO CALERO)

Requer informações ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, referente a sua declaração em que equipara os servidores públicos a “parasitas”.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações detalhadas ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, referente à sua declaração em que equipara os servidores públicos a “parasitas”, nos seguintes termos:

1. Quais motivos levam o Ministro Paulo Guedes a acreditar e a chamar os servidores públicos de “parasitas” do governo?
2. O Ministro entende que todas as categorias de servidores públicos são um fardo para o Governo?
3. Quais são os estudos e pesquisas que comprovam a declaração do Ministro?

JUSTIFICAÇÃO

Durante uma palestra na Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EPGE), no dia 07 de fevereiro de 2020, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, equiparou, de forma infeliz, os servidores públicos a parasitas:

“O governo está quebrado, gasta 90% da receita toda com salário e é obrigado a dar aumento de salário. Funcionalismo teve aumento de 50% acima da inflação. Além disso, tem estabilidade na carreira, tem aposentadoria generosa. O hospedeiro está morrendo. O ‘cara’ virou um parasita. O dinheiro não chega no povo e ele quer reajuste automático”¹.

¹ <https://g1.globo.com/politica/blog/julia-duailibi/post/2020/02/10/guedes-pede-desculpas-por-ter-comparado-servidores-publicos-a-parasitas.ghtml>



O discurso ultrajante do Ministro criminaliza e difama milhões de funcionários públicos que garantem a prestação dos serviços básicos para proteção dos interesses do povo brasileiro. Cabe ressaltar que a exposição pode ser considerada assédio institucional de natureza organizacional (DIAP, 11/02/2020)².

Segundo o estudo divulgado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2019), o Brasil não está no ranking dos 15 países com mais servidores públicos. Destaca-se ainda que muitos países do chamado “primeiro mundo” têm número expressivamente maior que o brasileiro, por exemplo: Noruega (30%), Dinamarca (29,1%), Suécia (28,6%), Finlândia (24,9%) e França (21,4%)³.

Diversas entidades se manifestaram contrárias as declarações do Ministro, com destaques para a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco)⁴:

“A Unafisco rechaça com toda veemência e indignação tal classificação rasa e generalizada, porque os auditores fiscais da Receita Federal exercem com orgulho e lisura suas atribuições sempre buscando a justiça fiscal e a proteção da economia nacional, seja na fiscalização e arrecadação dos tributos internos, seja na fiscalização do fluxo de nosso comércio internacional e de nossas fronteiras.”

E o Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio (Sisejufe)⁵: “O ministro, além de fazer um comentário desrespeitoso, incompatível ao cargo, demonstra má-fé e desconhecimento quanto à realidade do funcionalismo público”.

Por fim, a fala de Guedes carrega um peso histórico considerável. O termo parasita era utilizado por nazistas para designar os “indesejáveis” e criar no imaginário coletivo a figura de um inimigo a ser combatido.

Preocupa-nos ainda a transferência da responsabilidade para a imprensa, que, segundo Guedes, faltou com a verdade dos fatos ao reproduzir sua exegese fora do contexto. Colocar a imprensa em descrédito engendra

2 <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/29314-assedio-institucional-no-setor-publico-brasileiro>

3 https://www.oecd-ilibrary.org/sites/8ccf5c38-en/1/2/6/1/index.html?itemId=/content/publication/8ccf5c38-en&csp_40825562de64089b975c3e83eb3f6e04&itemIGO=oecd&itemContentType=book

4 <http://www.unafiscofiscal.org.br/default.aspx?section=8&articleId=8340>

5 <https://sisejufe.org.br/noticias/guedes-o-maior-parasita-de-todos-os-tempos/>

insegurança pública e favorece a práticas governamentais não republicanas – uma marca da gestão Bolsonaro. Soma-se a tais questões, a divulgação de dados errôneos, conforme demonstrou o Sindicato dos Funcionários do Banco Central no tocante à defasagem remuneratória dos servidores federais (UNAFISCO, 13/02/2020)⁶.

Diante do exposto, requer-se as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado **MARCELO CALERO**

Documento eletrônico assinado por Marcelo Calero (CIDADANIA/RJ), através do ponto SDR_56313, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



6 <http://www.unafisconacional.org.br/default.aspx?section=8&articleId=8363>